

Ética e integridade informacional na urgência climática: a responsabilidade Socioambiental da Ciência da Informação.

Ethics and informational integrity in the climate emergency: the socio-environmental responsibility of Information Science.

Ética e integridad informativa en la emergencia climática: la responsabilidad socioambiental de la Ciencia de la Información.

Editorial da Revista Encontros Bibli, vol. 31, ano 2026

Este volume chega em um momento em que o mundo enfrenta transformações profundas e desafios crescentes, nos quais a informação assume papel central para orientar políticas públicas, mobilizar a sociedade e sustentar decisões capazes de definir os rumos do planeta nas próximas décadas. Ao assumirmos esse debate, reafirmamos a convicção de que a Ciência da Informação não pode restringir-se à esfera técnica ou teórica, mas precisa comprometer-se ética e socialmente com a construção de um futuro sustentável.

O século XXI é atravessado por crises interligadas: a crise climática, a crise energética, a crise da biodiversidade e a crise informacional. A cada novo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), confirma-se a aceleração dos impactos do aquecimento global: ondas de calor mais intensas, derretimento de geleiras, elevação do nível do mar, desertificação de áreas agrícolas, escassez de água, deslocamentos populacionais forçados, perda de habitats e extinção de espécies. Não são previsões para um futuro distante, mas fatos que já moldam a vida cotidiana, afetam economias e reconfiguram políticas em todas as regiões do planeta. Nesse cenário, a confiança pública na ciência tornou-se um bem de alto valor, mas também constantemente ameaçado pela desinformação, pelo negacionismo climático e pela manipulação de dados. A integridade informacional emerge, portanto, como fundamento indispensável tanto para a credibilidade da produção científica quanto para a mobilização social em torno de soluções coletivas.

É nesse ponto que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas oferecem uma estrutura essencial. Não basta

menção-los como compromissos formais; é preciso incorporá-los às práticas institucionais, editoriais e científicas. O ODS 1, que busca erradicar a pobreza, conecta-se ao ODS 2, voltado à fome zero e agricultura sustentável, e ao ODS 3, que defende saúde e bem-estar, sustentados pelo ODS 4, sobre educação de qualidade, e pelo ODS 5, dedicado à igualdade de gênero. O ODS 6, relativo à água potável e saneamento, articula-se com o ODS 7, que trata da energia limpa e acessível, ambos em estreita relação com o ODS 8, que promove trabalho decente e crescimento econômico, e com o ODS 9, voltado à inovação, indústria e infraestrutura resiliente. O ODS 10, que busca reduzir desigualdades, encontra ressonância no ODS 11, sobre cidades e comunidades sustentáveis, e no ODS 12, que defende consumo e produção responsáveis. Esses, por sua vez, reforçam a urgência do ODS 13, que convoca ação contra a mudança do clima, do ODS 14, que protege a vida na água, e do ODS 15, voltado à vida terrestre.

De modo especial, o ODS 16, que trata de paz, justiça e instituições eficazes, ganha relevância para a Ciência da Informação por meio da meta 16.10, que estabelece o compromisso de assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais. Essa meta constitui base essencial para a transparência, a participação social e o fortalecimento da democracia, mas também para a promoção da ciência cidadã e da ciência aberta, que ampliam a colaboração entre comunidade científica e sociedade, democratizam o conhecimento e fortalecem a confiança pública. A esses aspectos soma-se a sustentabilidade informacional, entendida como a integração entre ética, responsabilidade socioambiental e gestão eficiente de recursos, de modo a garantir que a informação seja produzida, preservada e disseminada com impacto positivo para as gerações atuais e futuras. Por fim, o ODS 17, que promove parcerias para o desenvolvimento sustentável, reforça o valor da cooperação internacional e do intercâmbio científico, fundamentais para que tais compromissos sejam efetivamente cumpridos.

Todos os ODS têm como condição de viabilidade a circulação de informação de qualidade: transparente, acessível e socialmente inclusiva. Cabe à Ciência da Informação a responsabilidade de construir sistemas que organizam o conhecimento, desenvolvam curadorias adequadas, garantam a preservação digital e promovam mediações de acesso que fortaleçam esses compromissos.

O Brasil, ao sediar a COP30 em 2025, viveu um momento decisivo. Receber uma conferência desse porte é assumir um papel que vai além da diplomacia. Significa demonstrar boas práticas, apresentar resultados concretos no combate ao desmatamento, fortalecer a governança socioambiental, valorizar o conhecimento indígena e tradicional e,

sobretudo, assegurar que a informação ambiental seja produzida e compartilhada com rigor e transparência.

Nesse contexto, a ética da informação adquire múltiplas dimensões. A primeira está no compromisso com a veracidade e a clareza: dados mal produzidos ou divulgados de forma pouco transparente fragilizam a confiança pública e abrem espaço para manipulações políticas e econômicas. Outra dimensão é o acesso aberto: em tempos de crise climática, é inaceitável que informações decisivas fiquem restritas por barreiras financeiras ou institucionais. Comunidades vulneráveis, organizações locais e cidadãos comuns precisam compreender os riscos e ter condições de agir diante deles. Soma-se a isso a necessidade de respeitar a pluralidade epistêmica e cultural: não se enfrentará a crise climática sem escutar os povos indígenas e comunidades tradicionais, que carregam saberes e práticas de convivência sustentável com o ambiente. Por fim, a responsabilidade socioambiental deve também orientar instituições de ensino, bibliotecas, editoras e centros de pesquisa a repensar suas rotinas, reduzindo a pegada de carbono de seus processos, adotando práticas de gestão sustentável, otimizando recursos e valorizando a inovação verde.

A integridade científica e editorial precisa, igualmente, ser preservada com políticas firmes contra o plágio, a manipulação de dados e os conflitos de interesse. No campo da Ciência da Informação, esse compromisso é ainda mais urgente, pois lidamos diretamente com a gestão e a circulação de dados que fundamentam políticas públicas e decisões de grande impacto. Além disso, é necessário refletir sobre a forma como comunicamos ciência. Essa comunicação deve ser responsável, clara e acessível, evitando tanto o alarmismo quanto a minimização indevida dos riscos. Afinal, a maneira como divulgamos resultados influencia a percepção social e a capacidade de mobilização coletiva.

Ao escolher esta temática, a Encontros Bibli reafirma sua missão de ampliar debates que ultrapassem os muros da academia. Queremos provocar reflexões sobre como os sistemas de informação podem apoiar políticas ambientais, como os repositórios digitais podem fortalecer a transparência dos dados climáticos, como as práticas de preservação digital podem ser conduzidas de modo sustentável, como ações de curadoria podem valorizar a diversidade epistêmica e cultural e como os profissionais da informação podem assumir um papel ativo na transformação social e ambiental. Nesse caminho, a ciência cidadã e a ciência aberta são fundamentais para ampliar a participação social e democratizar o acesso ao conhecimento, ao passo que a sustentabilidade informacional

oferece um eixo estruturante capaz de integrar ética, responsabilidade socioambiental e eficiência no uso de recursos.

Esperamos que os artigos reunidos nesta edição tragam respostas, questionamentos e propostas que ajudem a construir um horizonte mais justo e comprometido com a urgência climática. Este editorial é, ao mesmo tempo, um convite à reflexão e à ação. Não é mais possível tratar a crise climática como um tema distante ou secundário, nem considerar a integridade informacional como mera formalidade acadêmica. A convergência entre ética, ciência da Informação e sustentabilidade deve ser entendida como questão de sobrevivência.

Ao refletirmos sobre integridade informacional, refletimos também sobre o direito à vida, sobre a justiça entre gerações e sobre a responsabilidade de entregar às futuras gerações um planeta habitável e justo. Desejamos que cada leitor e leitora desta edição encontre inspiração para ampliar suas pesquisas, fortalecer suas práticas profissionais e reconhecer-se como parte de uma comunidade científica que não se exime de sua responsabilidade diante da urgência climática. Que cada artigo, cada ensaio e cada relato de experiência publicado aqui ajude a fortalecer a ponte entre informação, ética e sustentabilidade.

Boa leitura!

Editores

Edgar Bisset Alvarez

Universidade Federal de Santa Catarina,
Departamento de Ciência da Informação
Florianópolis, SC, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-5388-5944> 

edgar.bisset@ufsc.br

Patrícia da Silva Neubert

Universidade Federal de Santa Catarina,
Departamento de Ciência da Informação
Florianópolis, SC, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-8909-1898> 

patricia.neubert@ufsc.br

Geraldo Genilson

Universidade Federal do Paraná, Departamento
de Ciência e Gestão da Informação
Curitiba, PR, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-2433-0410> 

genilsongerald@ufpr.br

Enrique Muriel-Torrado

Universidade Federal de Santa Catarina,
Departamento de Ciência da Informação
Florianópolis, SC, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-0969-9500> 

enrique.muriel@ufsc.br

Ana Clara Candido

Universidade Federal de Santa Catarina,
Departamento de Ciência da Informação
Florianópolis, SC, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-1897-3946> 

ana.candido@ufsc.br

REFERÊNCIAS

GERALDO, G.; PINTO, M. D. S. Percursos da ciência da informação e os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030/ONU. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, São José, v. 24, n. 2, p. 373-389, 2019.

GERALDO, Genilson. Proposição de diretrizes de qualidade e asseguração informacional para monitoramento de Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável. 2025. 382 f. **Tese** (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

GERALDO, G.; PINTO, M. D. S. Aspectos epistemológicos da ciência da informação e a construção conceitual da sustentabilidade informacional. In: BARBALHO, C. R. S.; INOMATA, D. O.; FERNANDES, T. B. (org.). **Sustentabilidade Informacional em ecossistemas de conhecimentos**. Manaus: Edua, 2021. Cap. 1. p. 24-38.E-book..

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARIES ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e Desenvolvimento**. 2014.

ONU BRASIL (Nações Unidas Brasil). **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (UNEP). **IPCC Sixth Assessment Report assesses the impacts of climate change - 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. 2022.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. Editora Garamond, 2008, 151 p.

VEIGA, J. E. da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015. 232 p.